

Literatura e Pluralidade Cultural

Actas do
3º Congresso Nacional da
Associação Portuguesa de Literatura Comparada

AP ●○ LC



Edições Colibri

VIAGENS IDEOLÓGICAS A PORTUGAL NA LITERATURA NAZI

Mário Matos
Universidade do Minho

I – Em regimes autoritários a literatura sincronizada com o respectivo ideário dominante desempenha um papel importante na (re)produção de modelos de significação consensuais e normativos para a formação de uma pré-definida identidade colectiva. Neste sentido, também o subsistema da literatura de viagens assume uma função ideologizante. Uma vez que consenso ou identidade se constroem sempre por via de *esquemas binários*, por confrontação com alteridade e *diferenciação* ao Outro, poder-se-á afirmar que as representações de outras culturas transmitidas na literatura de viagens, não obstante as tendências romantizantes que subjazem às tradicionais concepções antropológicas da viagem como prática de dissolução quasi ontológica do Eu com o Outro, servem sobretudo para reforçar a identidade daquele que representa face ao que é representado. Se Clifford Geertz acusa mesmo o discurso intercultural bem intencionado dos seus colegas antropólogos e etnólogos de conceberem outros povos e culturas como “construções retóricas de um Outro homogéneo” para servir à “estabilização da sua própria identidade” (cf. Lehten 1996: 222), não será portanto difícil descortinar a relevância da literatura de viagens, enquanto tradicional sistema representacional de alteridade, para a legitimação e imposição de “realidades oficiais” integrativas, particularmente quando se trata de ideologias totalitárias como a nacional-socialista. Partindo-se, com Karl Mannheim (*Ideology and Utopia*, 1936), de um entendimento de ideologia que desprende o conceito da sua acepção marxista como elemento iminentemente político, defendendo-se antes que nenhum pensamento e/ou acção é/são imune/s ao contágio por influências ideologizantes do seu contexto social (cf. Berger/Luckmann 1966: 9), e entendendo-se a literatura como subsistema do complexo “ideologia”, que Louis

Althusser concebe como vasto “sistema de representações” que condiciona as acções sociais e se reproduz nas mais diversas instituições pelas e nas quais o sujeito constrói a sua “realidade” e identidade (cf. Burger 1996: 436), tentar-se-á demonstrar em que medida a literatura de viagens da autoria de escritores enquadrados com os totalitários padrões político-culturais vigentes na Alemanha nacional-socialista deveria instrumentalmente contribuir para a edificação, legitimação e estabilização de uma pré-definida “visão do mundo” (*Weltanschauung*) e, por conseguinte, de uma identidade colectiva impositivas.

É sob este prisma que aqui se pretende analisar as estratégias e os mecanismos discursivos subjacentes à construção de uma hetero-imagem literária, neste caso concreto a do Estado-Novo português dos anos trinta, em relatos de viagem de “autores de regime” do *Terceiro Reich*.

II – Numa cena em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de José Saramago, o protagonista, ao subir uma rua lisboeta acompanhado por “dois moços de fretes” que carregam as suas malas, reflecte sobre a conveniência da distância a manter em relação aos carregadores e as consequentes implicações para a “melindrosa” questão das “relações de classe” e da “paz social”. Nesse preciso momento, a marcha é interrompida por

“uma fila de carros eléctricos apinhados de gente loura de cabelo e rosada de pele, são alemães excursionistas, operários da Frente Alemã do Trabalho, quase todos vestidos à moda bávara, de calção, camisa e suspensórios, o chapelinho de aba estreita, pode-se ver facilmente porque alguns dos (vinte e três) eléctricos são abertos, gaiolas ambulantes por onde a chuva entra quando quer, (...) que irão dizer da nossa civilização portuguesa estes trabalhadores arianos, filhos de tão apurada raça, que estarão eles pensando agora mesmo dos labregos que param para os ver passar” (Saramago 1984: 217).

Nesta passagem, cujo tempo de acção pode ser datado com precisão em 24 de Março de 1936, Saramago mostra ter-se documentado muito bem com base em leituras dos diários da época, já que a sua descrição dos excursionistas alemães corresponde quase literalmente à respectiva notícia na edição de *O Século* desse mesmo dia. Na verdade, no dia anterior tinham ancorado no Tejo quatro navios da organização de lazeres nazi *Kraft durch Freude* (KdF), suborganização do pseudo-sindicato *Deutsche Arbeitsfront* (Frente Alemã do Trabalho) que enquadrava obrigatoriamente todos os trabalhadores alemães, trazendo a Lisboa e à Madeira um total de cerca de 4.000 turistas “germânicos”. A imprensa portuguesa encarregou-se então de relatar apologeticamente as “lisonjeiras visitas” dos “milhares de excursionistas” alemães que “a população de Lisboa [também a do Funchal e da Horta] acolhe com

carinho e interesse (...), curiosa das suas impressões e preferências e encantada com a (sua) alegria e a compostura”, fazendo essas visitas “aumentar a nossa simpatia pelo povo alemão” (*Diário da Manhã* 08.10.1937). As cerca de uma dezena de viagens marítimas em navios imponentes a Portugal e aos arquipélagos portugueses, efectuadas entre 1935 e 1939, eram propagandeadas pelo regime nacional-socialista como “cruzeiros para operários”. No entanto, apenas 15 a 20% dos passageiros eram trabalhadores, tendo sido a maior parte das viagens concedidas a altos funcionários do aparelho nazi ou então a trabalhadores criteriosamente seleccionados de acordo com sua comprovada fidelidade ao partido e Estado. A instituição KdF, (Força pela Alegria) então “o maior operador turístico a nível mundial” (Spode 1991: 82), organizava viagens de baixas tarifas não só dentro da própria Alemanha e a Portugal mas também a outros países amigos, isto é, de regimes autoritários ou fascistas, como à Espanha, a Itália, à Grécia ou mesmo a Líbia, então colónia italiana. Do ponto de vista político, o complexo e dispendioso aparato organizacional justificar-se-ia, uma vez que assumia uma importante função propagandística ou, se quisermos, o papel de instituição legitimadora de uma desejada ordem social. Não é portanto por acaso que a figura ficcional Ricardo Reis depara com os excursionistas no preciso momento em que reflecte sobre a delicada questão da “paz social”. Ao aludir simbolicamente às “gaiolas ambulantes”, às jaulas douradas, em que os excursionistas seriam transportados mundo fora, Saramago mostra reconhecer o carácter instrumental que rege essa aparente dádiva social do Estado nacional-socialista. Com a irónica preocupação do protagonista romanescos sobre o que “esses trabalhadores arianos, filhos de tão apurada raça” irão dizer dos “labregos” portugueses toca-se ainda na pertinente questão das auto e hetero-representações e sua respectiva função generativa de uma identidade normativa que a totalitária ideologia nazi de índole nacionalista e racista pretende incutir a todos os alemães.

As projecções cinematográficas, semanalmente exibidas nas “Actualidades semanais” (*Wochenschau*), e a vasta iconografia, nomeadamente sob a forma de apelativos cartazes afixados por todo o lado, reproduzindo e evocando os cruzeiros a Portugal e outros “países amigos”, assumem neste processo de identificação impositiva um papel preponderante. As representações textuais das “viagens para trabalhadores” complementam esta estratégia reprodutiva. Para além das muitas reportagens jornalísticas sobre as viagens da KdF publicadas em toda a espécie de órgãos de comunicação social, com destaque para a revista oficial da própria organização de lazeres, a *Arbeitertum* que, olhando ao seu preço simbólico e à obrigatoriedade de filiação de todos os trabalhadores, pode ser considerada um órgão de grande circulação, surge como que um novo género literário: a “literatura de viagens

KdF". No que diz respeito aos cruzeiros a Portugal, três livros merecem destaque: (1) a antologia *KdF – Das große Urlauberschiff (KdF – O Grande Navio de Turistas)*, que reúne poemas e curtos textos de prosa, em que “autores de regime” de renome ombreiam com escritores desconhecidos, (2) a novela de viagem *Der Sonne entgegen (Rumo ao Sol)*, da autoria do próprio chefe do gabinete de imprensa da KdF, Hans Biallas, e (3) *Volk zu Schiff (Povo a Bordo)* do então “autor de sucesso” Jakob Schaffner.

O facto de se tratar de viagens marítimas, sendo o mar e o navio metáforas ancestrais, mitos universais da vida e história como longa caminhada através do bem e do mal, é nestes textos sobejamente aproveitado para simbolicamente se representar a dinâmica desencadeada pelo nacional-socialismo. Assim, a bordo do navio Schaffner vê-se situado “no centro do acontecimento histórico” que indica “uma clara direcção num mar extremamente movimentado” (Schaffner: 12 s). O próprio título do livro de Biallas, “Rumo ao Sol”, indica metaforicamente a glória a que o “movimento” do nacional-socialismo deveria conduzir os alemães. Mas para tal seria necessário que o fragmentado povo alemão, dilacerado pela derrota na Primeira Guerra Mundial, pela problemática situação económica, social e política na República de Weimar e consequente crise existencial a nível individual e colectivo, se re-integrasse em torno de um ideal nacional e rácico. O modelo integrativo que a ideologia nazi lhe propunha deveria assentar numa concepção retrógrada de identidade social: a *Volksmemeinschaft*, ou seja, a “comunidade do povo” baseada em laços de sangue. Como alternativa ao conceito socialista da “sociedade sem classes”, nos relatos em questão constantemente evocado para efeito contra-propagandístico, a “nova” *Weltanschauung* garantiria uma “verdadeira” recondução do indivíduo desenraizado e desterrado à sua “pátria originária”. É na “comunidade de bordo” que o “Eu, essa coisa mesquinha, sombria e traiçoeira” (Schaffner: 32), encontraria simbolicamente o seu caminho de regresso ao seio da “comunidade de sangue”. A substituição – embora não total – da tradicional figura do “eu” narrador na literatura de viagens por um viajante colectivo e a repetida tematização da dicotomia indivíduo *versus* colectividade reforça o mito comunitário.

Outra técnica narratológica com que nestes textos se pretende (re)produzir o ideal integrativo da *Volksgemeinschaft* consiste na inserção de personagens que antes da viagem ainda não estariam convencidos da nova mundivisão. Na novela de Biallas o protagonista Fritz Oldenkamp, filho de um trabalhador “traído” pelas promessas comunistas e socialistas, é submetido a uma purificação ideológica, terminando a sua experiência turística com uma patética aclamação a “que milhares de trabalhadores se juntariam em unísson: “Dem Führer Sieg Heil!”” (Biallas: 60). Ao fim da viagem, o panfleto propagandístico do partido socialista alemão com que, em 1904, se prometia às

classes trabalhadoras poderem, tal como a burguesia, um dia cruzarem os mares em turismo, e que Oldenkamp leva no bolso, é por ele próprio rasgado em mil pedaços.

“Ele sente que só agora tinha posto um ponto final ao que fora. Já não vale a pena sequer falar da traição do marxismo (...). Sobre o céu alemão brilha [agora] uma nova crença. Eis o futuro do povo alemão, radiante como nunca antes; para quê as escórias de um tempo passado. (...) O marxismo teve pelas mãos de Oldenkamp um enterro de primeira classe.” (Biallas: 57)

A estratégia de diferenciação dicotómica, quer entre o individualismo moderno que desintegra e um pré-moderno comunitarismo sanguíneo, quer entre as ideologias socialista e nacional-socialista, é também aplicada a nível do esquema binário pátria/estrangeiro. Não obstante as longas representações paradisíacas das paisagens portuguesas, particularmente exotizantes nas descrições dos arquipélagos, perpetuando-se assim os tradicionais estereótipos e esquemas míticos do Sul e da Ilha bucólicos, o contacto, ou melhor, o confronto com o contra-mundo estrangeiro é encenado de forma a intensificar o apego à pátria alemã. Observando a paisagem nocturna a partir do navio ancorado no porto do Funchal, o protagonista Oldenkamp cai numa profunda melancolia:

“Os cumes negros demarcam-se do céu estrelado, e ele olha para cima, para as estrelas que aqui se apresentam de uma forma diferente da da sua terra. De repente, é tomado por uma infinita saudade, um profundo amor pela sua pátria sobressalta-o. Alemanha, Alemanha acima de tudo no mundo – é esse o seu pensamento, e isso, ele, o trabalhador alemão Oldenkamp, jura-o aqui mesmo, isso deverá determinar sempre a sua acção na pátria. É isso que ele dirá diariamente aos seus filhos, educá-los-á no sentido de se tornarem alemães íntegros, corajosos, orgulhosos e livres (...). No entanto, a lágrima que [agora] lhe cai do olho e se dissolve no infinito oceano, essa arde, vai ardendo, transpondo mares, ilhas e países até encontrar o coração de todos os alemães. Ela é um juramento, o juramento dos milhões que reencontraram a sua pátria” (Biallas: 56 s).

Também a típica sensação de estranheza e solidão que muitos dos turistas não *habitués* teriam experienciado em terras estrangeiras é instrumentalizada para os propósitos nacionalistas. Assim, pode ler-se numa reportagem sobre uma viagem aos Açores publicada na revista *Arbeitertum* (Nr. 4, 1935, p. 10):

“Muitos de nós caminhavam solitários pelas ruas de Ponta Delgada e da Horta. Rodeavam-nos caras estranhas, pessoas estranhas, uma língua estranha, costumes estranhos. E não foram poucos os que assim se viam mergulhados num profundo sentimento de solidão. Mas bastava um olhar

para as bandeiras alemãs, e estava tudo bem. Foi isto que trouxemos como melhor presente da nossa viagem aos Açores. Esta sensação do regressar a casa, esta felicidade de no estrangeiro se poder regressar à noite a um navio alemão, esta certeza de se ter uma pátria.”

O olhar em busca de vestígios alemães em terras lusitanas é de resto sobejamente tematizado. Os edifícios da embaixada alemã em Lisboa e do consulado no Funchal, as bandeiras da cruz suástica, de um “flamejante vermelho e branco disco solar” que “ondulam graciosamente lá no alto” sobre o oceano (Schaffner: 73 s; Biallas: 32), o jornal nazi *Der Stürmer* nos quiosques lisboetas, os elementos góticos na arquitectura portuguesa (Schaffner: 77 s), constituem apenas alguns elementos dessa insistente procura do próprio no outro, o que significa uma perversão do tradicional paradigma antropológico da viagem entendida como procura do outro no próprio.

Para retomar a preocupação narcísica de Ricardo Reis, a verdade é que não podemos responder à sua pergunta sobre o que os “filhos da apurada raça” iriam dizer dos portugueses e sua civilização. Apenas podemos aflorar a auto e hetero-imagem que os ideólogos pretendiam que os alemães, sobretudo os milhões que *não* puderam usufruir das promissoras ofertas da KdF, projectassem nas suas mentes. Os textos analisados edificam uma representação ambivalente do povo português. Em correspondência com os tradicionais “esquemas antonímicos” (Opitz 1997: 135 ss) Norte/Sul, que ora sobrevalorizam as culturas setentrionais, como no Iluminismo, ora elevam os países meridionais a uma dimensão paradisíaca e sensual de aura romântica no século XIX, os portugueses são nestes relatos sintética e estereotipadamente apresentados como simpáticos, amigáveis e acolhedores, como povo com o glorioso passado dos descobrimentos e que, depois de vários séculos de decadência, se encontra novamente em período ascendente. A Torre de Belém serve aos relatores de viagem como pré-texto para encadear a narração dos altos e baixos da história de Portugal, sem, porém, se prescindir de evocar o glorioso passado da própria Alemanha:

“Aqui, cada um dos trabalhadores alemães sente o sopro do grande passado do povo português, que outrora deteve a hegemonia mundial sobre os mares. Também este povo se recompôs, e o seu ditador tem a forte vontade de o tornar um país da ordem, tal como corresponde à sua extraordinária tradição. E ninguém tem mais compreensão para essas aspirações do que precisamente o trabalhador alemão. (...) Este sabe respeitar o passado heróico de um outro povo, uma vez que o Führer o ensinou a novamente se orgulhar do glorioso passado da sua pátria alemã” (Biallas: 30 s).

Mais uma vez, a representação do outro, mesmo que positiva, é posta ao serviço de um claro objectivo de auto-glorificação.

As repetidamente referidas afinidades e analogias entre os povos alemão e português, particularmente no que diz respeito ao auto-entendimento de ambos como povos missionários, transportadores e preservadores da cultura ocidental (Schaffner: 78 s), não impedem contudo que nas representações de Portugal transpareçam laivos do chauvinismo alemão. Em todos os textos encontram-se críticas à lassidão, mesmo por parte dos polícias portugueses, à pobreza, sujidade, mendigagem (Schaffner: 78 s) e ao oportunismo da população que, simulando simpatia pelos turistas, lhes tentava extorquir moedas e cigarros (Paust: 38 s). A Madeira constitui para Schaffner uma superfície de projecção para demonstrar o contraste civilizacional entre os povos do Sul e do Norte: “A ilha é um produto puramente natural. (...) As culturas aqui não se substituíram umas às outras. (...) As pessoas vivem como animais. (...) Que grandes objectivos poderão aqui surgir ou ser encontrados?” (Schaffner: 106). Estas visões chauvinistas, que Schaffner sabe encadear no seu relato de viagem com uma relativa elegância poética, como quando afirma que os turistas sentem em Lisboa a falta de condições para “satisfazer as necessidades espirituais, sem as quais o homem setentrional afinal não consegue viver” (79), contrastam com as longas e enfáticas passagens de elogios à multissecular tradição cultural dos portugueses e sua simpatia pelo povo alemão cujos “enviados oficiais”, os turistas da KdF, “encontram a costa (portuguesa), do ponto de vista histórico, num estádio de ascensão” (68).

Apesar de um discurso subliminarmente chauvinista, de um olhar de cima para baixo, a literatura de viagens KdF, no que diz respeito às representações propriamente ditas de Portugal e dos portugueses, parece empenhar-se sobretudo em encenar a “nova amizade” luso-alemã, “uma amizade directa de povo para povo, alicerçada na vivência real dos vikings da KdF” (68). Na verdade, pode constatar-se que o turismo KdF a Portugal entre 1935 e 1939 se integra num contexto de uma progressiva aproximação entre o *Terceiro Reich* e o Estado-Novo. Assim, não foi certamente por acaso que, apenas poucos meses após a primeira visita de um cruzeiro KdF a Portugal, se tenha constituído uma organização portuguesa muito semelhante à *Kraft durch Freude*, nomeadamente a *Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho* (FNAT) [cf. Valente 1995: 4-17].

Não obstante esta sub-função diplomática de aproximação política, económica e cultural entre dois países – intercultural, se quisermos –, a verdade é que a função primordial da literatura de viagens KdF se situa a um nível *intracultural*. Na medida em que a experiência comunitária do grupo de turistas, literal e literariamente *conduzidos* pelo estrangeiro, deveria contribuir para uma maior identificação com a “comunidade nacional” de *todos* os alemães, assim também a diáspora alemã não poderia ser excluída dessa intensa “experiência” de identidade nacional. Por isso, a colónia alemã em

Portugal, então constituída por cerca de 1.200 pessoas, das quais 900 fixadas em Lisboa, não só participa nas recepções oficiais dos “vikings da KdF” e nas faustosas “festas de bordo” nos navios ancorados nos portos de Lisboa, do Funchal e de Ponta Delgada como também é integrada e (re)produzida nos relatos de viagem como uma espécie de figurantes necessários e desejáveis à encenação de um espectáculo de massas. A entrada na barra do Tejo, Biallas projecta o seguinte quadro:

“Lisboa à vista. Veleiros de formas insólitas vêm ao nosso encontro – aqui mesmo, até uma pequena chalupa com a bandeira da suástica (...) São alemães, camaradas do povo [*Volksgenossen*] pertencentes à colónia alemã em Lisboa que não abdicam de vir ao encontro dos trabalhadores alemães em direcção ao alto mar. Acenam alegremente. (...) Ao longo dos muros do cais, uma grande multidão espera os viajantes. São os membros da colónia alemã, que já se aglomeraram aqui desde a madrugada. Acenam com lenços e recebem os mensageiros da pátria, os turistas-trabalhadores alemães, com grande euforia. Para eles, que no mundo se encontram nos postos cimeiros da germanidade, aproxima-se aqui um pedaço da pátria” (Biallas: 29).

Tal como a recepção eufórica dos “mensageiros da pátria” em terras estrangeiras, também o regresso, após longos dias de cruzadas sobre mares revoltosos, ao “porto seguro” de Bremerhaven é encenado como ambiente de apoteose nacional. O grande responsável pela “nova visão” (Schaffner: 126) com que os errantes viajantes regressariam à “nova Alemanha” seria – por evidência ideológica – o *Führer*, esse pseudo-terapeuta de um povo que, por via do contacto com o Outro, teria solidificado sua identidade “superior”.

III – Quando analisamos as representações literárias do Outro inseridas em e subjugadas a sistemas totalitários não parece difícil confirmar-se a polémica tese de Geertz da prática etnográfica como instrumentalização de hetero-imagens com o evidente objectivo de (re)produção e estabilização da auto-identidade. É que o vasto *consenso* condenatório acerca do fenómeno histórico *nazismo* consiste num distanciamento temporal e ético, numa *não* contigência, que nos permite construir uma concepção homogénea do fascismo alemão como sistema ideológica que submete tudo e todos a uma lógica interior e que, emancipando-se da “realidade tal como nos é dada pelos nossos cinco sentidos”, simula uma fraudulenta “realidade mais autêntica” (Arendt 1991: 719). Assim, com a análise de um caso extremo e, graças ao senso comum, quase que tautológica das estruturas ideologizantes subjacentes ao processo literário em que se (re)produz o(s) Outro(s) (*othering*) não mais se pretende do que chamar a atenção para uma possível forma de abordagem da literatura de viagens que não entenda o seu objecto de estudo como

mera fonte de informação “real” sobre a “realidade” de outras culturas, mas antes, numa espécie de leitura- a contra-pêlo, como “auto-representação involuntária”(Harbsmeier 1982: 2), ou mesmo, como no caso radical dos textos aqui analisados, enquanto auto-(re)produção ao serviço de objectivos políticos.

Bibliografia

- Arbeitertum*
(1935) Nr. 4, Berlim
- Arendt, Hannah
(1991) *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft*, Munique; (ed. orig. em inglês: 1951, New York).
- Berger, Peter L./Luckmann, Thomas
(1966) *The Social Construction of Reality. A Treatise in the Sociology of Knowledge*, Garden City, N.Y.
- Biallas, Hans
(1936) *Der Sonne entgegen. Deutsche Arbeiter fahren nach Madeira*, Berlim.
- Burger, Laura Fernanda
(1996) “Literary Studies: from poetics to ideology”, in Losa/de Sousa/Vilas-Boas (orgs.): *Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas. Actas do Segundo Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Porto, pp. 433-439.
- Diário da Manhã*, 08.10.1937
- Harbsmeier, Michael
(1982) “Reisebeschreibungen als mentalitätsgeschichtliche Quellen. Überlegungen zu einer historisch-anthropologischen Untersuchung frühneuzeitlicher deutscher Reisebeschreibung”, in Antoni Mazcak/Hans Jürgen Teuteberg (ed.): *Reiseberichte als Quellen europäischer Kulturgeschichte*, Wolfenbüttel, p. 1-31.
- Lehten, Helmut
(1996) “Versionen des Authentischen: sechs Gemeinplätze”, in Helmut Böhme/Klaus R. Scherpe (ed.): *Literatur und Kulturwissenschaften. Positionen, Theorien, Modelle*, Reinbek bei Hamburg, pp. 205-231.
- Matos, Mário
(1996) “Turismo Nazi em Portugal (1935-1939), in Oliveira Marques/Opitz/Clara (coords.): *Portugal-Alemanha-Africa. Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão*, Lisboa, pp. 199-214.
- Opitz, Alfred
(1997) *Reiseschreiber. Variationen einer literarischen Figur der Moderne vom 18.-19. Jahrhundert*, Trier.
- O Século*, 24.03.1936.

Paust, Otto

(1936) *KdF. Das Große Urlauberschiff*, Berlim/Dresden.

Saramago, José

(1984) *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Lisboa.

Schaffner, Jakob

(1936) *Volk zu Schiff. Zwei Reisen mit der "KdF"-Hochseeflotte*, Hamburgo .

Spode, Hasso

(1991) "Die NS-Gemeinschaft *Kraft durch Freude* – ein Volk auf Reisen?", in Hasso

Spode (ed.): *Zur Sonne, zur Freiheit! Beiträge zur Tourismusgeschichte*, Berlim.

Valente, José Carlos

(1995) "A FNAT: das origens a 1941. Estado Novo e Alegria no Trabalho", in *História*, ano XVII (nova série), nº 6, pp. 4-17.